

E AGORA, BRASIL?

É a economia, mais uma vez

Conjuntura econômica complica os planos de Bolsonaro, que deve radicalizar o discurso contra os rivais na campanha

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) relata que o presidente tem clareza das dificuldades por que o país passa. E reforça que um dos principais entraves sobre a mesa de Bolsonaro para o próximo ano será a inflação.

Na avaliação de Barros, o governo teve uma “passagem brilhante pela pandemia”. “O presidente lançou o auxílio emergencial, o maior programa do mundo, e agora o Auxílio Brasil. Tivemos um início de vacinação que logo será recorde mundial e vamos continuar trabalhando nessa questão do encerramento da pandemia”, enumera o deputado. “O desafio agora é a inflação, é um desafio mundial. Todos os países estão enfrentando o mesmo problema. Mas, para o brasileiro, interessa a inflação no país onde ele vive. Vamos ter como grande meta daqui para frente o controle da inflação, no preço de alimentos, combustível e energia. Esses são o grande desafio, e o presidente continuará de forma clara e corajosa lutando para resolver esses problemas”, aponta.

O diretor geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, relata que o maior desafio do presidente Bolsonaro para 2022 será evitar que a economia brasileira permaneça no estado de estagflação, quando os preços estão em alta acentuada, e a atividade econômica se mantém em patamar muito baixo.

“As previsões do mercado, para 2021 e 2022, são pessimistas. Além do baixo crescimento da economia, da inflação ascendente e do desemprego em patamares elevados, deve-se ressaltar o risco do populismo econômico e a instabilidade política exacerbada como outras causas de vulnerabilidade no país no ano eleitoral”, observa Castello Branco.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Família com pouco acesso à alimentação em invasão na 910 Norte: crise social será tema central da campanha de 2022

“Esses fatores prejudicam as decisões de investimento, o que significa retomada mais lenta da atividade econômica no Brasil. Ao invés de populismo econômico, seria o populismo fiscal”, complementa.

Com a aprovação do Auxílio Brasil em valor médio próximo a R\$ 400,00 a popularidade do presidente deverá subir, imediatamente após o primeiro pagamento mensal, acredita Castello Branco.

“Mas os agentes econômicos esperam previsibilidade, estabilidade, planejamento e responsabilidade fiscal. O governo tem sinalizado no sentido contrário. As incertezas sobre o real compromisso do governo com a responsabilidade fiscal ativam uma corrente de fatos negativos: elevam

o dólar, pois os investidores se protegem adquirindo a moeda estrangeira; o dólar aumenta os insumos importados e a inflação” descreve o analista.

Castello Branco continua a lista dos efeitos perversos do descontrolado fiscal. “A inflação gera a elevação dos juros, reduz os investimentos, o consumo e o próprio crescimento da economia, ampliando o desemprego e atingindo principalmente os mais necessitados”, explica. Nesse círculo vicioso, o diretor geral da Associação Contas Abertas alerta que a irresponsabilidade fiscal “tem perna curta”.

Ele adverte também para outros impactos nas contas públicas. “O rombo no teto não oblativa, apenas, ampliar um programa social. As vésperas do ano

eleitoral, virão gastos políticos, inclusive as malfadadas e bilionárias emendas de relator. Daí o interesse conjunto do Executivo e do Legislativo”.

O cientista político André César, sócio da Hold Assessoria também considera relevantes os obstáculos que dificultam a reeleição de Bolsonaro, como a economia em trajetória descendente, o alto nível de desemprego e o PIB em queda. Mas ressalta a questão social desses problemas.

“Um desafio é a questão social e a miséria. Isso vai ser utilizado pelos adversários que o governo Bolsonaro deixou genete comendo osso, lixo. Por fim, a pandemia. Não sabemos o que a ômicron pode trazer. Se a evolução da variante for agressiva,

poderemos passar por novo lockdown, e Bolsonaro não vai poder fugir disso. É um cenário complicado para ele, num momento de baixa popularidade com Sergio Moro no retrovisor dele, que corre na faixa ideológica dele”, avalia.

Radicalização

André César avalia que Bolsonaro deverá reforçar, de um lado, a relação com o Centrão e o caráter populista, além de atacar Moro e Lula.

“Vemos essa agenda reforçada de Auxílio Brasil, vale-gás, exoneração da folha de pagamento de vários setores importantes. Temos outros tipos de ações populistas. Esse vai ser um foco. Bolsonaro rasgou de vez a máscara



As previsões do mercado, para 2021 e 2022, são pessimistas. Além do baixo crescimento da economia, da inflação ascendente e do desemprego em patamares elevados, deve-se ressaltar o risco do populismo econômico e a instabilidade política exacerbada”

Gil Castello Branco,
diretor geral da Associação
Contas Abertas

de Paulo Guedes liberal”, avalia.

“Do ponto de vista político, o presidente reforçará os vínculos com o bolsonarismo raiz, mais ideológico. A agenda de costumes, armamentismo, contra o casamento gay, família tradicional. O bolsonarismo vai atacar duas frentes: o Lula, com “o fantasma do comunismo”, e Moro, como traíra. Esse é o Bolsonaro daqui em diante, nos próximos 12 meses”, afirma.

Ricardo Caichiole aposta em um ambiente eleitoral ainda mais inflamado no ano eleitoral. “2022 promete uma guerra de narrativas mais acirrada que a de 2018. No entanto, desta vez, os órgãos de controle, o Judiciário, a Justiça Eleitoral podem e devem estar preparados”, acredita. (IS e TM)

Presidente perde protagonismo nas redes sociais

» LUANA PATRIOLINO

As redes sociais deixaram de ser um território tranquilo para o presidente Jair Bolsonaro (PL). Uma pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta tendência de queda do chefe do Executivo em todas as plataformas.

Agora, Bolsonaro precisa lidar com o crescimento exponencial dos adversários nas plataformas e ainda tentar manter o engajamento que o ajudou no último pleito. Em questão de desempenho, o presidente já aparece tecnicamente empatado com Lula (PT) no Twitter.

No YouTube, Ciro Gomes (PDT) ficou bem próximo no número no engajamento das postagens. Segundo o estudo da FGV, o petista chegou a ficar à frente de Bolsonaro em três das sete semanas analisadas. No Instagram, Lula também se aproxima de Bolsonaro. A melhora do petista se deve, segundo a FGV, por conta de posts sobre sua viagem à Europa e a entrevista concedida ao podcast Podpah — que teve mais de 8 milhões de visualizações no YouTube.

Para chegar aos dados, a Fundação analisou 82,2 milhões de interações nos perfis oficiais de Bolsonaro, Lula, Ciro, Marina Silva (Rede), João Doria (PSDB) e André Janones (Avante). As postagens usadas para o estudo foram entre os dias 1 de novembro e 19 de dezembro.

Jair Bolsonaro é dono de uma expressiva presença em redes sociais entre políticos brasileiros. No entanto, passou a ser alvo

82,2 MILHÕES

Número de interações nos perfis oficiais de Bolsonaro, Lula, Ciro, Marina Silva (Rede), João Doria (PSDB) e André Janones (Avante) que foram analisadas no estudo da FGV

Youtube/reprodução



Bolsonaro em sua live semanal: estratégia para manter fidelidade do eleitorado começa a falhar

da Justiça por conta da divulgação de fake news. Para a campanha do ano que vem, o presidente tenta repetir os feitos de 2018.

Críticas ao Judiciário

No balanço de fim de ano, o presidente Jair Bolsonaro mostra que ainda não esqueceu todas as desavenças que teve com o Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo de 2021. Durante a penúltima live do ano, ele foi questionado sobre o ano que está se encerrando e disse que a “tristeza” foi

a interferência do Judiciário em seu governo. Apesar de não citar nomes, a declaração foi uma referência direta às decisões dos ministros da Corte.

“As tristezas são as interferências indevidas. O tempo todo interferência indevida no Poder Executivo, afasta a presidente do Ibama, não deixa nomear não sei quem lá, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, não é atribuição dessas outras pessoas isso. Poderíamos estar melhor se não tivessem algumas pessoas nos atrapalhando”, disse.

Desde que assumiu a presidência da República, Bolsonaro faz duras críticas ao STF. O presidente afirma que o tribunal atua em causas que são de competência de outras esferas. Um desses exemplos, segundo ele, foi a decisão da Corte que permitiu a preferidos e governadores adotarem medidas contra a disseminação da covid-19 e a proibição, em 2020, de o diretor da Abin, Alexandre Ramagem, assumir o comando da Polícia Federal.

O presidente também citou a aprovação do ministro André

Mendonça para o STF, em uma espécie de campanha antecipada, ressaltou que o próximo presidente eleito poderá indicar dois nomes para a Corte. “No ano que vem, quem você botar na Presidência vai indicar dois ministros para o Supremo, como eu indiquei ministros que tem uma certa afinidade conosco. Defende as pautas de família, armas, liberdade religiosa. Eu duvido que eles vão agir diferente do que eu estou falando aqui e agora”, afirmou.

O auge da crise entre os

Poderes foram as manifestações antidemocráticas de 7 de setembro. Os protestos pediam expressamente o fechamento do STF e a destituição de todos os ministros da Corte. Jair Bolsonaro chegou a dizer que não obedeceria mais às ordens do Supremo. No entanto, pressionado e cada vez mais isolado, ele divulgou uma ‘Carta à Nação’, escrita com a ajuda do ex-presidente Michel Temer, recusando de todos os ataques e afirmando que iria trabalhar em prol da “harmonia entre os Poderes”